

DIREITO ELEITORAL

Portal do Conhecimento / Legislação / Legislação Seleccionada / Áreas do Direito

Data da atualização: 27.03.2025

LEGISLAÇÃO FEDERAL	
LEGISLAÇÃO	EMENTA
<u>Lei Federal nº 13.834, de 04 de junho de 2019</u>	Altera a Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 - Código Eleitoral, para tipificar o crime de denúncia caluniosa com finalidade eleitoral. <u>Mensagem de veto</u>
<u>Lei Federal nº 13.831, de 17 de maio de 2019</u>	Altera a Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995 (Lei dos Partidos Políticos), a fim de assegurar autonomia aos partidos políticos para definir o prazo de duração dos mandatos dos membros dos seus órgãos partidários permanentes ou provisórios; e dá outras providências. <u>Mensagem de veto</u>
<u>Lei Federal nº 13.488, de 6 de outubro de 2017</u>	Altera as Leis nos 9.504, de 30 de setembro de 1997 (Lei das Eleições), 9.096, de 19 de setembro de 1995, e 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral), e revoga dispositivos da Lei no 13.165, de 29 de setembro de 2015 (Minirreforma Eleitoral de 2015), com o fim de promover reforma no ordenamento político-eleitoral. <u>Mensagem de veto</u>
<u>Lei Federal nº 13.487, de 6 de outubro de 2017</u>	Altera as Leis nos 9.504, de 30 de setembro de 1997, e 9.096, de 19 de setembro de 1995, para instituir o Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) e extinguir a propaganda partidária no rádio e na televisão. <u>Mensagem de veto</u>
<u>Lei Federal nº 13.165, de 29 de setembro de 2015</u>	Altera as Leis nos 9.504, de 30 de setembro de 1997, 9.096, de 19 de setembro de 1995, e 4.737, de 15 de julho de 1965 - Código Eleitoral, para reduzir os custos das campanhas eleitorais, simplificar a administração dos Partidos Políticos e incentivar a participação feminina. <u>Mensagem de veto</u>
<u>Lei Federal nº 12.976, de 19 maio de 2014</u>	Altera o § 3º do art. 59 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para estabelecer a ordem dos painéis na urna eletrônica.
<u>Lei Complementar nº 135, de 4 de junho de 2010</u>	Altera a Lei Complementar no 64, de 18 de maio de 1990, que estabelece, de acordo com o § 9º do art. 14 da Constituição Federal, casos de inelegibilidade, prazos de cessação e determina outras providências, para incluir hipóteses de inelegibilidade que visam a

	proteger a probidade administrativa e a moralidade no exercício do mandato (Lei da Ficha Limpa)
<u>Lei nº 11.300, de 10 de maio de 2006</u>	Dispõe sobre propaganda, financiamento e prestação de contas das despesas com campanhas eleitorais, alterando a Lei no 9.504, de 30 de setembro de 1997.
<u>Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997</u>	Estabelece normas para as eleições.
<u>Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995</u>	Dispõe sobre partidos políticos, regulamenta os arts. 17 e 14, § 3º, inciso V, da Constituição Federal.
<u>Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990</u>	Estabelece, de acordo com o art. 14, § 9º da Constituição Federal, casos de inelegibilidade, prazos de cessação, e determina outras providências.
<u>Código Eleitoral – Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965</u>	Institui o Código Eleitoral

ATOS OFICIAIS DO PJERJ	
LEGISLAÇÃO	EMENTA
<u>Resolução TJ/OE nº 6/2022</u>	Altera o Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro para aperfeiçoar o sistema de escolha de candidatos para compor as listas tríplexes de que tratam o art. 94, parágrafo único, e art. 120, parágrafo 1º, III, da Constituição Federal.

Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria Geral de Gestão do Conhecimento

Departamento de Gestão do Conhecimento Institucional
Divisão de Organização de Acervos do Conhecimento

Pesquisa elaborada e disponibilizada pelo Serviço de Captação e Estruturação do Conhecimento

Para sugestões, elogios e críticas: seesc@tjrj.jus.br